



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

ANEXO V
MINUTA DO TERMO DE PARCERIA N.º /2024

**TERMO DE PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM
 O MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – PR, ATRAVÉS
 DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
 ECONÔMICO, CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E DE
 TURISMO, E A OSCIP _____,
 PARA O FIM QUE ESPECIFICA.**

O **Município de Dois Vizinhos**, CNPJ/MF sob nº 76.205.640/0001-08, com sede a Avenida Rio Grande do Sul, 130, Centro, Dois Vizinhos – PR, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Turismo, representada representado neste ato pelo senhor **LUIS CARLOS TURATTO**, Prefeito, doravante denominado **PARCEIRO PÚBLICO** e o(a) _____, CNPJ nº _____, doravante denominada **OSCIP**, representada por seu responsável legal _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, com fundamento no que dispõe a Lei nº 9790/99, no Decreto nº 3100/99, Constituição Federal, Leis Federais 4320/64, LC 101/2000, LC 113/05, e subsidiariamente pela Lei Federal nº 14.133/2024, Lei nº 13019/2014, Lei nº 13204/2015, Resolução 28/2011, alterada pela Instrução Normativa (Resolução) 46/2014, Instrução Normativa 61/2011, Instrução Normativa 99/2015 do TCE/PR, Prejulgado 30 Retificado pelo Acórdão 3499-21, Lei Municipal 2358/2019 e no Edital do Concurso de Projetos nº 001/2024, resolvem firmar o presente **TERMO DE PARCERIA**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Parceria: **PROMOVER O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE DOIS VIZINHOS, POR MEIO DO PROGRAMA INCLUSÃO DIGITAL E FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA, FORTALECENDO O EMPREENDEDORISMO TECNOLÓGICO ATRAVÉS DO PROGRAMA DE INCUBAÇÃO DE EMPRESAS E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO TECNOLÓGICO.**

I – CURSOS DE INFORMÁTICA EM MÓDULOS BÁSICOS, INTERMEDIÁRIOS E AVANÇADOS

Número de pessoas a serem atendidas por ano: 250 pessoas.
 Público alvo: crianças, jovens, adultos com idade mínima de 8 anos.
 Período: matutino e/ou vespertino.
 Horários: 8h00min as 12h00min e 13h30min as 17h30min
 Periodicidade: 2 a 3 vezes por semana.
 Carga horária: 50 horas/aulas.

II – CURSOS DE PROGRAMAÇÃO DE SOFTWARE



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Número de pessoas a serem atendidas por ano: 30 pessoas.
Quantidade de horas/aulas: 500 horas/aulas cada turma.
Público alvo: jovens com idade mínima de 16 anos.
Período: vespertino ou noturno.
Horários: 13h30min as 17h30min. Ou 18h30min as 22h30min.
Periodicidade: 5 vezes por semana.

III – OFICINAS DE ROBÓTICA

Número de pessoas a serem atendidas por ano: 120 pessoas.
Quantidade de horas/aulas: curso semestral.
Público alvo: crianças e jovens com idade mínima de 8 anos.
Período: matutino e vespertino
Horários: 8h00min às 11h00min e 13h30min às 16h30min.
Periodicidade: 2 vezes por semana.

IV – PROGRAMA DE INCUBAÇÃO DE EMPRESAS

Número de empresas incubadas: 4 empresas.
Público alvo: empresas de base tecnológica.
Infraestrutura física necessária: 5 salas individuais de no mínimo 12m² e máximo de 30m², internet, serviços de recepção, estrutura física composta por mesas, cadeiras, ar-condicionado, sala de reuniões com TV.

V – EVENTO DE TECNOLOGIA

Periodicidade: realização eventos anuais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR e REPASSE

Os recursos para a execução do objeto desta Parceria, no montante de R\$ _____ (valor por extenso) de forma fracionada em 12 (doze) parcelas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O presente TERMO DE PARCERIA vigorará por 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo Primeiro

Findo o TERMO DE PARCERIA e havendo adimplemento do objeto e excedentes financeiros disponíveis junto a OSCIP, o PARCEIRO PÚBLICO poderá, com base na indicação da Comissão de Avaliação e na apresentação de Programa de Trabalho suplementar, prorrogar este TERMO DE PARCERIA.

Parágrafo Segundo

Findo o TERMO DE PARCERIA e havendo inadimplemento do objeto e restando desembolsos financeiros a serem repassados pelo **PARCEIRO PÚBLICO à OSCIP**, este



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

TERMO DE PARCERIA poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, por indicação da Comissão de Avaliação, para cumprimento das metas estabelecidas.

Parágrafo Terceiro

Havendo inadimplemento do objeto com ou sem excedentes financeiros junto à **OSCIP**, o **PARCEIRO PÚBLICO** poderá, desde que não haja alocação de recursos públicos adicionais, prorrogar este TERMO DE PARCERIA, mediante Termo Aditivo, por indicação da Comissão de Avaliação, ou requerer a devolução dos recursos transferidos e/ou outra medida que julgar cabível.

Parágrafo Quarto

Nas situações previstas nos itens anteriores, a Comissão de Avaliação deverá se pronunciar até trinta dias após o término deste TERMO DE PARCERIA, caso contrário, o **PARCEIRO PÚBLICO** deverá decidir sobre a sua prorrogação ou não.

Parágrafo Quinto

o TERMO DE PARCERIA poderá ser prorrogado por igual período mediante interesse da administração com apresentação do plano de trabalho atualizado até o limite de 10 anos na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS E DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

A liberação de recursos financeiros deve obedecer ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho de que trata o art. 8º, VII, da Resolução nº 28/2011, e guardar consonância com as fases ou etapas de execução do objeto do TERMO DE PARCERIA, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Lei Complementar nº 113/2005.

Parágrafo Primeiro

Os recursos repassados e a contrapartida financeira, quando prevista, deverão ser depositados e movimentados na mesma e única conta-corrente específica para o TERMO DE PARCERIA, em instituição financeira oficial.

Parágrafo Segundo

Não havendo instituição financeira oficial na localidade da OSCIP, os valores transferidos e a contrapartida poderão ser movimentados em agência bancária local, observada a legislação pertinente.

Parágrafo Terceiro

Enquanto não empregados na sua finalidade, os recursos deverão ser aplicados financeiramente nos termos da legislação própria do **PARCEIRO PÚBLICO**.

Parágrafo Quarto

As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do TERMO DE PARCERIA e aplicadas exclusivamente no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

Parágrafo Quinto

Os recursos da conta específica somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas previstas no plano de aplicação.

Parágrafo Sexto

A movimentação dos recursos somente poderá ocorrer mediante emissão de cheque nominativo, cruzado e não endossável; ordem bancária; transferência eletrônica ou outra modalidade que identifique a destinação dos recursos e, no caso de pagamento, o credor.

Parágrafo Sétimo

A contrapartida, quando houver, deverá ser depositada, no mínimo, proporcionalmente, na mesma data da liberação da primeira ou da única parcela do TERMO DE PARCERIA ou conforme estabelecido no cronograma de desembolso.

Parágrafo Oitavo

Nos casos em que a contrapartida da OSCIP for fixada em bens ou serviços, o respectivo valor deverá ser expresso em reais, seguindo a norma do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 28/2011.

Parágrafo Nono

O saldo final da conta-corrente específica deverá ser recolhido pela OSCIP à conta do PARCEIRO PÚBLICO ou o valor remanescente no final do termo de Parceria.

Parágrafo Décimo

Para determinação do saldo a ser restituído, se for o caso, a comprovação das despesas ocorrerá, primeiramente, sobre o montante da contrapartida financeira.

Parágrafo Décimo Primeiro

Toda a movimentação financeira, incluindo os repasses, a contrapartida financeira prevista, os rendimentos de aplicação financeira e outros recursos da OSCIP destinados a execução do objeto pactuado irão compor demonstrativo dos recursos do TERMO DE PARCERIA e deverão ser informados no Sistema Integrado de Transferências (SIT).

Parágrafo Décimo Segundo

Farão prova da movimentação financeira, pela OSCIP, os seguintes documentos:

- I – Os extratos bancários da conta específica e das aplicações financeiras a ela vinculadas;
- II – Os comprovantes dos pagamentos realizados pela OSCIP aos fornecedores e/ou prestadores de serviços, nos termos do art. 13, § 5º da Resolução 28/2011;
- III – Os documentos de comprovação das despesas realizadas, nos termos do art. 19 da Resolução 28/2011;
- IV – Guias de recolhimento ou comprovantes de depósitos relativos à devolução de valores ou recolhimento de saldos;
- V – Demonstrativo da movimentação financeira informada no SIT.

Parágrafo Décimo Terceiro



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Forma de pagamento: Os repasses dos recursos à entidade serão efetuados em 12 (doze) parcelas mensais, tendo em vista as especificações técnicas do Edital e do Plano de trabalho. O pagamento será efetuado através do Departamento Financeiro da PREFEITURA MUNICIPAL.

Parágrafo Décimo Quarto

Ocorrendo atraso no pagamento por culpa exclusiva do CONTRATANTE, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação “pro rata tempore” do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

Parágrafo Décimo Quinto

A empresa vencedora da licitação deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto aos Bancos Oficiais – Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, se a empresa possuir somente contas em instituições diferentes das supracitadas, deverá arcar com as custas referentes as transferências bancárias/TED/DOC/PIX. O custo atual é variável, sendo o valor máximo de R\$ 8,40 (oito reais e quarenta centavos) por operação.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO

Salvo motivo de caso fortuito ou de força maior devidamente justificado e comprovado ou, ainda, se expressamente estabelecido de forma diversa pelo plano de trabalho, a OSCIP deverá iniciar a execução do objeto deste termo de transferência inicia na data de sua assinatura e encerra em (12 meses)

Parágrafo Primeiro

Além das exigências constantes neste TERMO DE PARCERIA e nos demais atos normativos do Tribunal de Contas, cabe a OSCIP:

- I – Empregar os recursos exclusivamente para o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo TERMO DE PARCERIA;
- II – Garantir o livre acesso, a qualquer tempo, dos servidores do Sistema de Controle Interno e Externo a todos os atos, fatos e documentos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado;
- III – Atender as recomendações, exigências e determinações do PARCEIRO PÚBLICO e dos agentes do Sistema de Controle Interno e externo.

Parágrafo Segundo

A correta aplicação dos recursos na finalidade proposta pela OSCIP se dará mediante a mensuração e comprovação das metas previstas, documentando-se os serviços prestados e as atividades desenvolvidas.

Parágrafo Terceiro

A regularidade da execução do objeto, pela OSCIP, se dará mediante os documentos exigidos no art. 11 da Instrução Normativa nº 61/2011.

Parágrafo Quarto



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

A entidade contribui para a promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de Sustentabilidade Ambiental, de acordo com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e em conformidade com o artigo 5º da Lei nº 14133/2021 e com o artigo 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01 de 19 de janeiro de 2010.

Parágrafo Quinto

O contratado deverá cumprir o Termo de Ética dos Servidores Públicos do Município de Dois Vizinhos, conforme previsto no Decreto nº 16549/2020, artigo 27, alínea “D” de acordo com os princípios e critérios de conduta nele estabelecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PLANO DE TRABALHO, DAS METAS, DOS INDICADORES DE DESEMPENHO E DA PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS

O detalhamento dos objetivos, das metas, dos resultados a serem atingidos, do cronograma de execução, dos critérios de avaliação de desempenho, com os indicadores de resultados, e a previsão de receitas e despesas, na forma do inciso IV do § 2º do art. 10 da Lei nº 9.790/99, constam do Plano de Trabalho proposto pela **OSCIP** e aprovado pelo **PARCEIRO PÚBLICO**, sendo parte integrante deste **TERMO DE PARCERIA**, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados atingidos com a execução do **TERMO DE PARCERIA** devem ser analisados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Turismo.

Parágrafo Primeiro

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Turismo emitirá relatório conclusivo sobre os resultados atingidos, de acordo com o Programa de Trabalho, com base nos indicadores de desempenho, e o encaminhará ao **PARCEIRO PÚBLICO**, até 60 (sessenta) dias após o término deste **TERMO DE PARCERIA**.

Parágrafo Segundo

Serão critérios objetivos de avaliação de desempenho as reuniões quadrimestrais para discussões pertinentes as atividades realizadas bem como visitas aos locais de execução para garantir assim o monitoramento do atendimento e de outros fatores relacionados ao seu funcionamento. Serão criados instrumentos para verificar os indicadores de resultado para mensurar o nível de eficiência e de satisfação dos beneficiários, bem como verificar melhoria das condições de vida dos participantes.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INFORMAÇÕES NO SIT

A OSCIP é obrigada a utilizar o SIT nos termos da Resolução 28/2011, alterada pela Instrução Normativa nº 46/2014, devendo informar e atualizar bimestralmente os dados exigidos pelo sistema, em atendimento à Instrução Normativa nº 061/2011, especificamente no que dispõe a íntegra dos artigos 15, 16, 17 e seus parágrafos.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE:

Fica nomeado(a) como Gestor(a) do Termo de Parceria o(a) responsável pela pasta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Turismo, conforme



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

Portaria Municipal nº 094/2024, já como fiscal fica nomeado o(a) servidor(a) Marcus Glauco Faria de Sant Anna e como suplente do(a) fiscal o(a) servidor(a) Ademir Sbardelotto.

Parágrafo Primeiro

A fiscalização, nos termos do art. 20 da Resolução 28/2011, alterado pela Instrução Normativa nº 46/2014, poderá ocorrer a qualquer momento pelos órgãos e sistemas de controle.

Parágrafo Segundo

No exercício das atividades de fiscalização pela unidade técnica do Tribunal de Contas, serão realizados quaisquer procedimentos previstos no Regimento Interno, no âmbito de sua competência, por iniciativa própria, por força do Plano Anual de Fiscalização e ainda em atendimento às determinações processuais.

Parágrafo Terceiro

Agentes públicos, integrantes do quadro de pessoal efetivo do PARCEIRO PÚBLICO, serão indicados como responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização, nos termos do art. 21 da Resolução 28/2011, alterado pela Instrução Normativa nº 46/2014.

Parágrafo Quarto

A forma de execução do acompanhamento e da fiscalização deverá ocorrer por meio de relatórios, inspeções, visitas e a emissão de certificado ou relatórios, conforme especificado na Resolução nº 28/2011, alterada pela Instrução Normativa nº 46/2014.

Parágrafo Quinto

Os responsáveis pela fiscalização deste TERMO DE PARCERIA, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização dos recursos ou bens de origem pública pela OSCIP, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária, consoante o art. 12 da Lei 9.790, de 23 de março de 1999.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO

A dotação orçamentária correrá à conta do orçamento do Parceiro Público e será indicada no processo pela área competente da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, sob o seguinte número:

Órgão	Dotação Orçamentária	Natureza da despesa
04.001	19.126.0004.2005	3.3.50.41.00.00
Departamento de Fomento, Turismo, Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Emprego e Renda	Fundo de Apoio a Inovação e Tecnologia – FAITEC	Contribuições

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas, para os fins da Resolução nº 28/2011, alterada pela Instrução Normativa nº 46/2014, será realizada por intermédio do SIT.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

Parágrafo Primeiro

A prestação de contas deverá ser individualizada por instrumento de transferência.

Parágrafo Segundo

O PARCEIRO PÚBLICO, e a respectiva OSCIP, deverão atualizar as informações no SIT e encaminhar a prestação de contas na forma e nos prazos fixados na Instrução Normativa nº 61/2011.

Parágrafo Terceiro

Além das informações constantes do SIT, ao final da vigência da transferência, o PARCEIRO PÚBLICO encaminhará ao Tribunal o respectivo processo de prestação de contas, para julgamento, na forma do art. 25 da Resolução nº 28/2011.

Parágrafo Quarto

Nos casos de repasses continuados para manutenção de projetos que prevejam o pagamento de pessoal com os recursos transferidos, a prestação de contas pelo PARCEIRO PÚBLICO ao Tribunal deverá ser realizada anualmente, na forma e nos prazos fixados na Instrução Normativa nº 61/2011.

Parágrafo Quinto

A prestação de contas, parcial e final, encaminhada pelo PARCEIRO PÚBLICO ao Tribunal de Contas deverá ser instruída com o relatório circunstanciado, com outros documentos exigidos pela Resolução nº 28/2011, alterada pela Instrução Normativa nº 46/2014 e pela Instrução Normativa nº 61/2011.

Parágrafo Sexto

Independentemente da apresentação da prestação de contas ou mesmo após seu julgamento, a OSCIP deverá preservar todos os documentos originais relacionados ao termo de transferência em local seguro e em bom estado de conservação, agrupados em processos individuais para cada termo de transferência, mantendo-os à disposição do Tribunal de Contas pelo prazo de 10 (dez) anos.

Parágrafo Sétimo

Para a guarda dos documentos deverão ser observadas as seguintes regras:

- I – Serão ordenados de forma cronológica e agregados por tipo de documento na seguinte ordem:
 - a) Plano de trabalho e suas alterações;
 - b) Documentos pertinentes à comprovação da condição de regularidade da OSCIP e aptidão ao recebimento de recursos públicos;
 - c) Termo de transferências, aditivos ou termo de rescisão e respectivas publicações;
 - d) Comprovantes de repasses pelo PARCEIRO PÚBLICO;
 - e) Processos de compras para aquisição de bens, mercadorias e contratação de serviços;
 - f) Comprovantes das despesas;
 - g) Comprovantes de devolução de saldos;
 - h) Comprovantes dos depósitos da contrapartida e demais recursos da OSCIP, quando houver;
 - i) Extratos bancários;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

- j) Documentos emitidos pelos fiscalizadores;
- k) Outros documentos referentes à transferência.

II – Quando houver documentos do mesmo tipo e forem de tamanho pequeno, para fins de agregação a que se refere o inciso anterior, poderão ser anexados em folha papel tamanho A4, com o limite de no máximo 2 (dois) documentos por folha, desde que mantidas sua integridade e sua legibilidade;

III – Os comprovantes de despesas deverão ser mantidos em vias originais pela OSCIP, ou pelo PARCEIRO PÚBLICO, a critério deste quando exigidos para conferência, observando-se o seguinte:

- a) As primeiras vias das notas fiscais de compras ou de prestação de serviços deverão demonstrar os devidos descontos legais e estar certificadas quanto ao recebimento dos bens ou dos serviços pelo responsável identificado;
- b) Em caso de emissão de nota fiscal eletrônica, a primeira via da nota fiscal será substituída pelo Documento Auxiliar da NFe – DANFE, nos termos do Ajuste SINIEF 07, de 30 de setembro de 2005, celebrado entre o Conselho Nacional de Política Fazendária – COFAZ e a Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- c) As notas fiscais de despesas com combustíveis e demais despesas com manutenção de veículos, ou máquinas de propulsão motora, deverão identificar o veículo ou máquina, bem como a indicação da marcação do hodômetro ou horímetro;
- d) Os recibos de pagamentos aos profissionais autônomos devem apresentar os descontos legais, nome completo, assinatura, números da carteira de identidade, do CPF e do registro profissional no Conselho de Classe, ou órgão equivalente responsável pela regulamentação da atividade profissional, valor em algarismo arábico e por extenso, além do objeto detalhado da prestação do serviço;
- e) Deverão estar arquivados os recibos de pagamento de pessoal, holerites assinados e datados, ou comprovantes de pagamentos, mediante autenticação bancária, com identificação dos beneficiários, ou ainda folhas de pagamentos assinadas pelos beneficiários, com a devida identificação destes;
- f) Deverão estar arquivadas as guias de recolhimento de tributos e demais obrigações acessórias decorrentes de exigência legal, com autenticação bancária ou outra forma de comprovação do efetivo recolhimento;
- g) Deverão estar arquivados os depósitos bancários ou guias de recolhimento referentes à devolução de saldo dos recursos repassados, inclusive da aplicação financeira, ao Tesouro Estadual, ao Município ou à OSCIP, conforme dispuser a legislação pertinente, devidamente autenticados pelo banco ou outra forma de comprovação da efetivação do recolhimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

Ficam as partes com a faculdade de rescindir o presente instrumento, a qualquer hora, mediante denúncia expressa com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou ainda



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

promover alterações mediante proposta das partes, antes do término da vigência e através de termo aditivo.

O presente instrumento poderá ser rescindido:

I – Se houver descumprimento, ainda que parcial, das Cláusulas deste TERMO DE PARCERIA;

II – Unilateralmente pelo PARCEIRO PÚBLICO, nos seguintes casos:

- a) Inexecução do objeto conveniado;
- b) Ausência de prestação de contas parcial ou final, no prazo exigido;
- c) Desvio de finalidade na utilização dos recursos previstos no plano de aplicação;
- d) Deixar de aplicar os recursos conforme estabelecido neste instrumento;
- e) Se, durante a vigência deste instrumento, a OSCIP perder, por qualquer razão, a qualificação como “Organização da Sociedade Civil de Interesse Público”.

III – De comum acordo entre as partes, por interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

As parcelas do TERMO DE PARCERIA serão retidas temporariamente, nos seguintes casos:

- a) Desvio de finalidade;
- b) Atrasos não justificados no cumprimento das fases ou etapas programadas;
- c) Práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública;
- d) Inadimplemento do executor as cláusulas pactuadas;
- e) Deixar de adotar medidas saneadoras apontadas pelo PARCEIRO PÚBLICO, pelo Sistema de Controle Interno e pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Parágrafo único

As parcelas do TERMO DE PARCERIA serão retidas definitivamente nos seguintes casos:

- a) Rescisão do ato de transferência voluntária;
- b) Extinção do ato de transferência voluntária.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ORÇAMENTOS FUTUROS



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

O PARCEIRO PÚBLICO se compromete a incluir nas leis orçamentárias dos próximos exercícios financeiros, recursos necessários para a manutenção do presente TERMO DE PARCERIA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

São responsabilidades e obrigações, além dos outros compromissos assumidos neste **TERMO DE PARCERIA:**

a) Das partes:

Todas as Entidades deverão manter cadastro atualizado, conforme estabelecido no art. 525-B do Regimento Interno, contendo o registro dos gestores e dos servidores encarregados da fiscalização do ato de transferência, sendo considerado requisito prévio ao ato de transferência, e do exame e julgamento das respectivas prestações e tomadas de contas apresentadas.

Parágrafo único

Sem prejuízo das informações coletadas pelo SIT, poderá ser exigido que sejam encaminhados aos Tribunais outros documentos relacionados com a concessão dos recursos ou com a execução do ato de transferência.

b) DA OSCIP:

1. Executar, conforme aprovado pelo PARCEIRO PÚBLICO, o Plano de Trabalho, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas atividades;

2. Observar, no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas do PARCEIRO PÚBLICO, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão;

3. Responsabilizar-se, integralmente, pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário e se encontrar em efetivo exercício nas atividades inerentes à execução do objeto deste TERMO DE PARCERIA, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, observando-se o disposto no art. 4º, inciso VI, da Lei 9.790 de 23 de março de 1999;

4. Publicar na imprensa oficial da área de abrangência do projeto, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após o término de cada exercício financeiro, o extrato da execução física e financeira, de acordo com o modelo constante do Anexo II do Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999;

5. Publicar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura deste TERMO DE PARCERIA, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para promover a aquisição ou contratação de quaisquer bens, obras e serviços, com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;

6. Indicar um dirigente responsável pela boa administração e aplicação dos recursos recebidos, cujo nome constará do extrato deste TERMO DE PARCERIA a ser publicado



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

pelo PARCEIRO PÚBLICO, conforme modelo apresentado no Anexo I do Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999;

7. Movimentar os recursos financeiros, objeto deste TERMO DE PARCERIA, em conta bancária específica.

8. Promover junto ao Conselho Fiscal da OSCIP conferências das Prestações de Contas.

9. Possibilitar a contratação dos recursos humanos (contratação, capacitação, treinamento, controle, pagamento) monitoramento e avaliação das atividades dos profissionais atuantes no Projeto, apresentará relatório de desempenho ao Poder Público ao término de cada Exercício sobre a execução do objeto do Termo de Parceria.

10. Planejar visando pactuar estratégias e metas a serem alcançadas de acordo com as atividades em execução.

11. Incluir socialmente, capacitar e qualificar a comunidade duovizinhense, atender empresas inovadoras para fomentar o desenvolvimento econômico, social e tecnológico do Município através do desenvolvimento das ações.

12. Monitorar as frequências mensais dos profissionais envolvidos, propondo ações de melhoramento e aumento de índices de eficiência por profissional.

13. Investir na capacitação de recursos humanos disponíveis de modo a propiciar melhores condições de trabalho.

14. Gerenciar e administrar os recursos humanos referentes aos profissionais habilitados, controle documental e processamento dos pagamentos.

15. Capacitar o corpo funcional visando à melhoria na eficiência e obtenção dos resultados esperados.

16. Enviar bimestralmente ao município prestação de contas com relatórios comprobatórios das atividades financeiras por ela desempenhadas, conforme Resolução nº 28/2011, alterada pela Instrução Normativa nº 46/2014 e Instrução nº 61/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

17. A instituição parceira, além de possibilitar a contratação dos recursos humanos (contratação, capacitação, treinamento, controle, pagamento) monitoramento e avaliação das atividades dos profissionais atuantes no Projeto, apresentará relatório de desempenho ao Poder Público ao término de cada Exercício sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas.

18. A instituição parceira obrigada a publicar na imprensa oficial do Município, conforme o alcance das atividades celebradas entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, o extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no Decreto Federal nº 3100/1999, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.

c) DO PARCEIRO PÚBLICO

1. Acompanhar, supervisionar, controlar e fiscalizar a execução deste TERMO DE PARCERIA, de acordo com o Plano de Trabalho APROVADO e os resultados;
2. Repassar os recursos financeiros à OSCIP, nos termos estabelecidos neste, para a conta-corrente de nº, agência, Banco, especificamente aberta pela OSCIP para movimentação dos recursos financeiros necessários à execução deste TERMO DE PARCERIA, ficando o próximo repasse vinculado à aprovação do primeiro e assim sucessivamente;
3. Aprovar as referidas contas apresentadas pela instituição vencedora;
4. Publicar na Imprensa Oficial, extrato deste TERMO DE PARCERIA e de seus aditivos e apostilamentos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após sua assinatura, conforme modelo do Anexo I do Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999;
5. Prestar o apoio necessário à OSCIP para que seja alcançado o objeto deste TERMO DE PARCERIA em toda sua extensão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS VEDAÇÕES

Não serão permitidas as seguintes despesas, em relação ao presente instrumento:

- I** – Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- II** – Pagamento, a qualquer título, com recursos da transferência, de servidor ou empregado integrante de quadro de pessoal da administração pública, direta ou indireta, por quaisquer serviços, inclusive de consultoria ou de assistência técnica, ressalvadas as hipóteses previstas em lei;
- III** – Pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto deste termo de transferência;
- IV** – Aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no termo, ainda que em caráter de emergência;
- V** – Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- VI** – Atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;
- VII** – Pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, decorrentes de culpa de agente da OSCIP ou pelo descumprimento de determinações legais e do Termo de Parceria;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

VIII – Realização de despesa com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, que estejam diretamente vinculados com o objeto do termo de transferência e da qual não constem nomes, símbolos, imagens ou quaisquer referências que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

IX – Repasse, cessão ou transferência a terceiros da execução do objeto do ato de transferência; transferência de recursos a terceiros que não figurem como partícipes do termo de transferência;

X – Transferência de recursos para associações de servidores ou a quaisquer entidades de benefícios mútuos destinados a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

XI – A transferência de recursos a título de contribuição, auxílio ou subvenção social as instituições privadas com fins lucrativos e a instituições privadas sem fins lucrativos não declaradas de utilidade pública;

XII – Transferência de recursos às entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como dirigentes ou controladores:

a) Membros do Poder Executivo do PARCEIRO PÚBLICO ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau;

b) Servidor público vinculado ao Poder Executivo do PARCEIRO PÚBLICO ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau, salvo se comprovada a inexistência de conflito com o interesse público.

Parágrafo único

Os recursos públicos deverão ser repassados diretamente à entidade executora do objeto do termo de transferência, sendo vedado o repasse intermediado por órgãos ou agentes públicos ou não.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS PRINCÍPIOS INERENTES ÀS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

As despesas realizadas com recursos do TERMO DE PARCERIA deverão ser precedidas do regular processo licitatório, ou, nos casos em que a OSCIP estiver desobrigada desta formalidade legal, deverão ser obedecidos aos princípios aplicáveis à administração pública por meio da formalização de processos de compras que comprovem a observância dos princípios da moralidade, impessoalidade, da economicidade, da isonomia, da eficiência e da eficácia, nos termos do art. 18 da Resolução 28/2011.

Parágrafo Primeiro

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e Organizações Sociais – OS deverão atender também os procedimentos específicos previstos em seus regulamentos para aquisições feitas com recursos de transferências, nos termos da legislação aplicável.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Parágrafo Segundo

Na análise da economicidade das aquisições realizadas referida no cabeçalho desta cláusula, a avaliação se dará sobre os preços válidos cotados por no mínimo 3 (três) fornecedores, apresentados em orçamentos com a indicação do valor unitário dos serviços ou produtos.

Parágrafo Terceiro

Os orçamentos deverão estar datados e discriminados de maneira que permitam comprovar que foi assegurada a isonomia aos interessados para fornecer o bem ou o serviço cotado.

Parágrafo Quarto

Nos casos de ofertas de encartes, tabloides, anúncios de *internet*, ou outras formas de anúncio, estes deverão estar impressos e corresponderão a uma proposta válida para o item pesquisado.

Parágrafo Quinto

É vedada a contratação de dirigentes da OSCIP ou de seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau, ou de empresa em que estes sejam sócios cotistas, para prestação de serviços ou fornecimento de bens.

Parágrafo Sexto

A comprovação das despesas efetuadas se dará por notas fiscais e demais documentos comprobatórios, revestidos das formalidades legais, os quais deverão conter, além da descrição do bem ou do serviço adquirido, expressa menção ao número do termo de parceria, seguido do ano e do nome ou da sigla do Parceiro Público.

Parágrafo Sétimo

O documento emitido deve ser legível, sem rasuras, e constar certificação do responsável pelo recebimento das mercadorias ou serviços prestados.

Parágrafo Oitavo

Os equipamentos e demais bens adquiridos com recursos do TERMO DE PARCERIA deverão ser incorporados ao patrimônio do PARCEIRO PÚBLICO, por responsável designado e poderão ser doados a OSCIP, ficando a critério do PARCEIRO PÚBLICO.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DAS CONDIÇÕES GERAIS

Constituir-se-ão obrigações da CONTRATADA as seguintes, para a totalidade do objeto:

Parágrafo Primeiro

Tratar as questões inerentes ao objeto com o fiscal do TERMO DE PARCERIA, através do(s) responsável(is) técnico(s), não se admitindo aos demais empregados da CONTRATADA tratarem de questões técnicas com o fiscal do TERMO DE PARCERIA, a não ser por iniciativa deste último;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Parágrafo Segundo

Responsabilizar-se por qualquer dano causado, por sua culpa ou dolo, a qualquer órgão público, empresa privada ou pessoa física, não cabendo ao Município suportar qualquer ônus, nos termos do art. 120 da Lei nº. 14.133/2021;

Parágrafo Terceiro

Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao Município ou a terceiros, provocados ou negligenciados por seus profissionais e/ou prepostos, culposa ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município;

Parágrafo Quarto

Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto, de acordo com as especificações determinadas no Processo Licitatório, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelos equipamentos/acessórios disponibilizados;

Parágrafo Quinto

Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATADA:

- a) Executar o objeto de acordo com as orientações do Gestor e/ou Fiscal do TERMO DE PARCERIA;
- b) Responsabilizar-se, civil e ético-profissional e responder pela qualidade;
- c) Substituir produtos, defeituosos ou executados em desacordo com as especificações e normas, não cabendo à firma executante o direito de indenização;
- d) Providenciar a regularização de falhas, defeitos ou omissões definidas pela Fiscalização do Município.

Parágrafo Sexto

Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

Os licitantes devem observar e a OSCIP deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 16480, de 30 de julho de 2020.

Parágrafo único

Conforme disposto no Decreto Municipal nº 16480 em seu Art. 4º Constituem atos lesivos à administração pública, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas neste Decreto, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I – Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

II – Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III – Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – No tocante a licitações e contratos:

- a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar o TERMO DE PARCERIA administrativo;
- f) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de TERMOS DE PARCERIA celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos TERMOS DE PARCERIA celebrados com a administração pública;

V – Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A não observância da obrigatoriedade do envio das informações ao SIT, nos termos da Resolução nº 28/2011, alterada pela Instrução Normativa nº 46/2014, acarretará a perda da validade da certidão liberatória, ou impedimento para sua concessão.

Parágrafo Primeiro

O Tribunal de Contas não emitirá Certidão Liberatória para entidades, públicas ou privadas, que tenham processos de prestação de contas ou tomada de contas julgados irregulares em decisão definitiva irrecurável do Tribunal, com responsabilidade institucional, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado do trânsito em julgado da decisão, sem prejuízo da execução da decisão pelo órgão competente e demais ações pertinentes nos termos da lei.

Parágrafo Segundo



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Ficarão sujeitos à aplicação da multa prevista no art. 87, III, *b*, da Lei Complementar Estadual nº. 113/2005 os representantes legais dos órgãos e das entidades sujeitas às condições estabelecidas na Instrução Normativa 61/2011 que não prestarem as informações necessárias no SIT, nos prazos definidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou solucionar questões do presente instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente.

E, por estarem justos e conveniados, datam e assinam o presente em duas vias de igual teor e forma.

Dois Vizinhos, de de 2024.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

Nome OSCIP
CNPJ